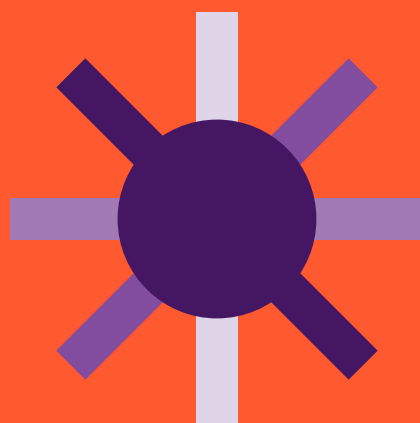


OBSERVA ANALISA

# PANDEMIA E PRIMEIRA INFÂNCIA



OBSERVA ANALISA  
**PANDEMIA E PRIMEIRA INFÂNCIA**



Brasília, 2022

# FICHA TÉCNICA

## REALIZAÇÃO

**REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA (RNPI)**  
**Secretaria Executiva 2018-2021**

**Coordenadora**

Miriam Izabel Cordeiro (Pragita)

**Coordenadora-adjunta**

Ana Potyara Tavares

**Assessor para Assuntos Legislativos**

Vital Didonet

**Gerente de Programas**

Eduardo Schwarz

**Gerente de Comunicação**

Luciana Abade

## ANDI - COMUNICAÇÃO E DIREITOS

**Diretora executiva**

Miriam Izabel Cordeiro (Pragita)

**Diretora Administrativa financeira**

Ana Potyara Tavares

**Coordenação do Observa – Observatório do  
Marco Legal da Primeira Infância**

Diana Barbosa e Thais M. Gawryszewski

**Coordenação de pesquisas e desenvolvimento**

Veet Vivarta

## PESQUISA

**Coordenação**

Diana Barbosa e Thais M. Gawryszewski

**Pesquisadora Assistente**

Paula Gratão

**Estatístico responsável**

Alexandre Paixão

## PARCEIRIA

**Fundação Bernard van Leer**

## PUBLICAÇÃO

**Redação**

Diana Barbosa, Paula Gratão e Thais M. Gawryszewski

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Aline Macedo

# SU MÁ RIO

**06**

Apresentação

**09**

Seção I

Condição dos domicílios  
com crianças de 0 a 6 anos

**10**

1.1 Características do domicílio

**12**

1.2 Trabalho e renda

**12**

1.2.1 Trabalho

**14**

1.2.2 Renda

**16**

1.2.3 Benefícios

**18**

Seção II

Condição de acesso  
à educação infantil

**22**

Considerações finais

# APRE SENTA ÇÃO

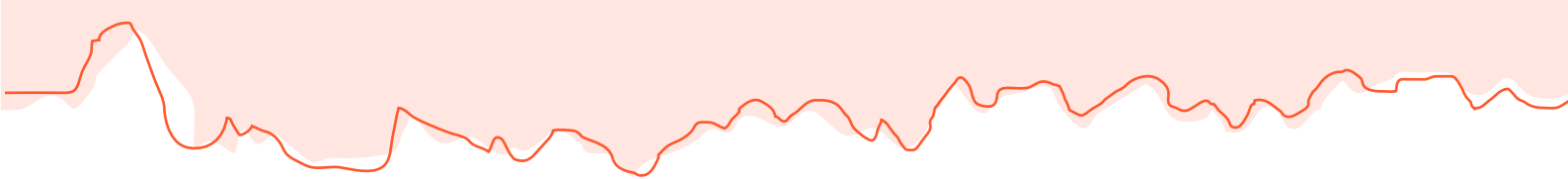
Em março de 2020, o mundo foi acometido pela maior crise sanitária dos últimos tempos. A pandemia causada pelo novo Coronavírus exigiu o estabelecimento de medidas de distanciamento social, necessárias para conter o avanço do vírus. Tais medidas incluíram a interrupção de serviços considerados não essenciais, resultando assim, no fechamento de escolas, lojas, bares, restaurantes, shoppings, e estimulando o teletrabalho e o ensino à distância.

O fechamento das escolas afetou diretamente toda a comunidade escolar, mas teve maior impacto sobre as crianças e suas famílias. Como registrado em estudo realizado pelo Ciespi (2021)<sup>1</sup>, para a maior parte das crianças pobres brasileiras as escolas são importante fonte de alimentação, por meio da merenda escolar, além de representarem espaços capazes de proporcionar apoio emocional e estabilidade, particularmente em contextos de fortes mudanças, como o enfrentado em razão da pandemia. Mas o ensino à distância adotado pelas escolas também gerou grande impacto nas condições de ensino-aprendizado, devido à dificuldade de acesso a equipamentos tecnológicos por parte das famílias brasileiras.

A preocupante situação dos domicílios que não contam com acesso adequado

---

<sup>1</sup> CIESPI - Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância. Crianças, adolescentes e os desafios da pandemia de Covid-19. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [https://omlpi-strapi.appcivico.com/uploads/CIESPI\\_Crianças\\_adolescentes\\_e\\_os\\_desafios\\_da\\_pandemia\\_de\\_Covid\\_19.pdf](https://omlpi-strapi.appcivico.com/uploads/CIESPI_Crianças_adolescentes_e_os_desafios_da_pandemia_de_Covid_19.pdf). Acesso em 26 jan. 2022.



a saneamento básico – onde residem crianças e adolescentes de zero a 17 anos, obrigadas a permanecer por mais tempo dentro de casa devido à suspensão das aulas presenciais –, é um dos muitos aspectos analisados em estudo realizado pelo Unicef junto ao Ibope Inteligência<sup>2</sup> (2020). O abastecimento de água por meio da rede geral de distribuição estava presente em 81% dos domicílios com crianças e adolescentes; nas unidades em que elas não residem, o índice era de 86%.

A pesquisa mostra ainda que os reflexos sobre a renda familiar dos brasileiros foram maiores entre os residentes com crianças e adolescentes. Um quarto (25%) destas famílias revelou que os rendimentos foram reduzidos à metade durante a pandemia. Dentre os motivos relatados para a diminuição de renda estão a redução de salários ou das horas de trabalho e a suspensão temporária do trabalho.

Outro impacto da pandemia sobre crianças e adolescentes é o aumento da violência intrafamiliar. Dados do canal Disque 100, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, mostram que o Brasil atingiu mais de 90 mil


denúncias de violações de direitos contra crianças e adolescentes em 2020.

No que se refere à infecção pela Covid-19, estima-se que mais de 2.500 crianças e adolescentes entre zero e 19 anos tenham sido infectadas até o final de 2021, número em franca ascensão no início de 2022 com a disseminação da variante Ômicron. Diante deste cenário, a ANDI – Comunicação e Direitos e a Rede Nacional Primeira Infância – RNPI, em parceria com a Fundação Bernard van Leer, realizou investigação sobre os reflexos da crise gerada pela pandemia de Covid-19 sobre as crianças, em especial aquelas na primeira infância, e suas famílias.

Os dados refletem o primeiro ano da pandemia, quando o país enfrentou sua primeira onda epidemiológica, com picos de contaminação em abril de 2020 e média aproximada de mil mortes por dia entre os meses de maio e agosto. Os ciclos que se sucederam à primeira onda são ainda mais infecciosos e mais impactantes em relação ao número de vidas perdidas – superando a marca das três mil mortes em abril de 2021. Mas é em 2020 que o governo brasileiro se vê, pela primeira vez, diante do desafio de frear a propagação de um vírus desta natureza e de minimizar os impactos da crise sobre a população. A declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), decretada pela Portaria nº 188 do Ministério da Saúde em 3 de fevereiro de 2020, é o ponto de partida para a adoção de estratégias nesse sentido.

---

2 UNICEF Brasil e Ibope Inteligência. Impactos Primários e Secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes. Relatório de análise. 1ª Onda. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/11331/file/relatorio-analise-impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes.pdf>. Acesso em 26 jan. 2022.



Voltar o olhar para esse primeiro ano de pandemia é, portanto, fundamental para refletir-se sobre os impactos dessa crise sem precedentes sobre as crianças pequenas. E ainda que o avanço da pandemia e da vacinação, iniciada em janeiro de 2021, tenha apresentado novos cenários, é esse período que nos remete à resposta brasileira à crise, que revela seu impacto desigual sobre a população - aprofundada ao longo da disseminação do vírus - e que nos coloca diante dos maiores índices de adesão ao isolamento social.

É a partir desta perspectiva que este estudo retoma os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD COVID19 (IBGE) e da Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil (Inep), para analisar os reflexos da pandemia sobre a primeira infância a partir dos seguintes aspectos: trabalho e renda, benefícios assistenciais e educação infantil.

No caso da PNAD COVID19, as análises foram realizadas a partir dos microdados disponibilizados pelo IBGE. O mês de referência foi novembro de 2020, quando ocorreu a última medição. Nas leituras referentes a trabalho e renda, no entanto, foram considerados três períodos distintos, maio (primeira medição), agosto e novembro de 2020. Conteúdos referentes aos blocos C (trabalho e renda) e D (benefícios sociais) do formulário de coleta da PNAD COVID19 são discutidos na primeira seção deste documento.

Já os dados do Inep, solicitados pela Lei de Acesso à Informação (LAI), repercutem o ano escolar de 2020. Elementos referentes à educação infantil (creche e pré-escola) no tocante à suspensão das atividades presenciais, estratégias de ensino-aprendizagem, comunicação e apoio técnico para professores e alunos, além das medidas sanitárias adotadas pelas unidades de ensino, subsidiam a seção II desta pesquisa.

O estudo integra uma série de análises produzidas no âmbito do Observa – Observatório do Marco Legal da Primeira Infância. O Observa é uma plataforma online que consolida e divulga dados e informações relacionados à primeira infância, visando apoiar a incidência sobre os processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, de forma a assegurar prioridade a essa agenda em âmbito local e nacional.



# SEÇÃO I

Condição dos domicílios com crianças de 0 a 6 anos

# 1.1

## CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO

A faixa etária das pessoas que residem em um mesmo espaço confere características específicas a seus domicílios. Analisar os impactos que uma crise sanitária como a pandemia de Covid-19 causa na sociedade demanda, portanto, um olhar diferenciado sobre aqueles domicílios em que vivem crianças e adolescentes – e no caso específico da presente análise, sobre aqueles com crianças na primeira infância.

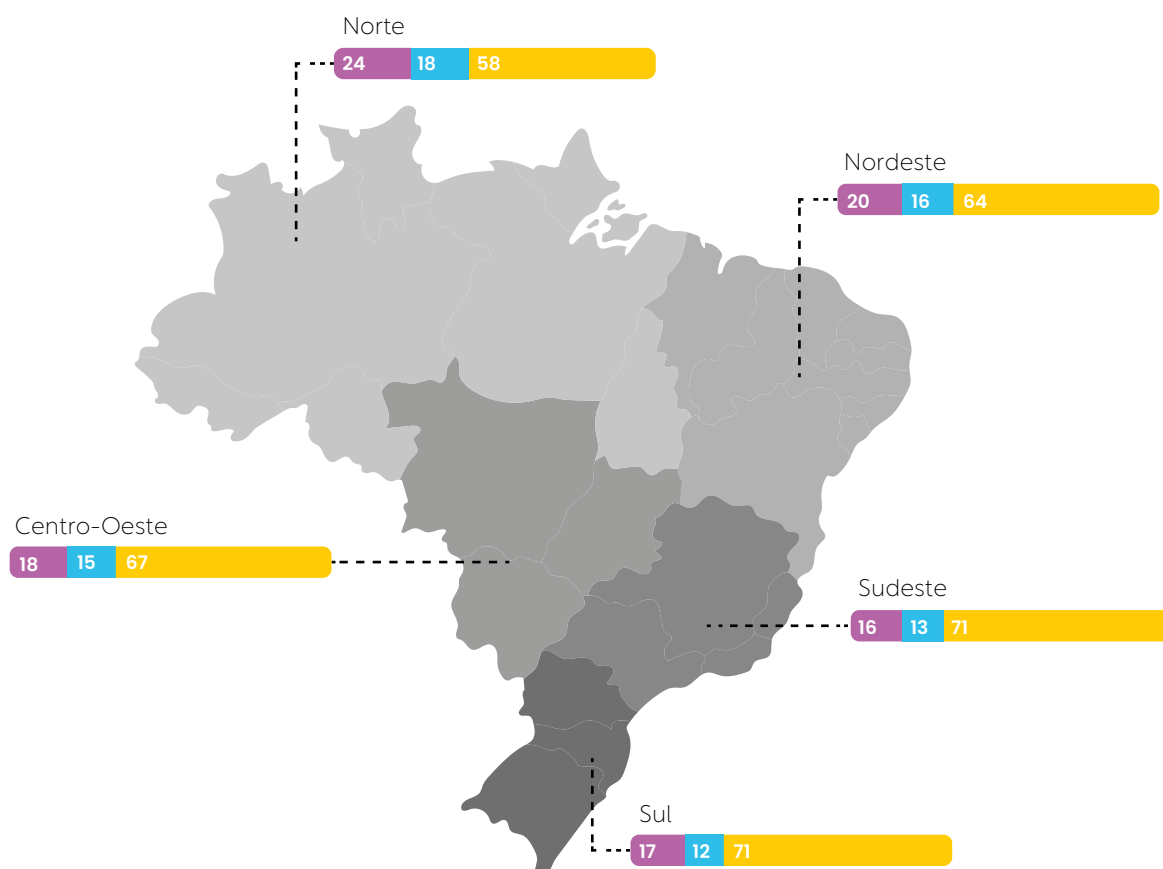
Os reflexos gerados pela pandemia no que se refere a trabalho, renda e benefícios sociais relacionados à Covid-19 serão analisados considerando as características de três categorias de domicílios: com crianças de até 6 anos, com crianças de 6 até 12 anos e sem crianças menores de 12 anos.

Segundo dados da PNAD COVID19, o Brasil conta com maior porcentagem de domicílios sem crianças menores de 12 anos (68%), seguido por aqueles com crianças de até 6 anos (18%). Considerando as cinco regiões brasileiras, o Norte possui maior concentração de domicílios com crianças de até 6 anos (24%). Por sua vez, o Sudeste registra o menor índice (16%) de domicílios com crianças de até 6 anos, juntamente com o Sul (17%).

Outra categoria avaliada na análise das características do domicílio é a quantidade de moradores. Naqueles com crianças de até 6 anos, 68% têm de 3 a 4 pessoas residindo, enquanto 24% contam com entre 5 e 6 moradores. O menor índice (3%) é o de domicílios com 1 ou 2 pessoas, seguido daqueles com mais de 6 pessoas (5%).

## Características do domicílio em cada região (%)

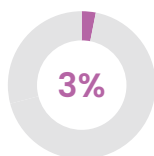
- Domicílios com crianças de até 6 anos
- Domicílios com crianças de 6 até 12 anos
- Domicílios sem crianças menores de 12 anos



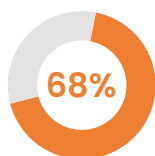
## Características do domicílio com crianças de até 6 anos

(Quantidade de moradores)

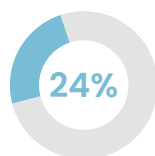
De 1 a 2 pessoas



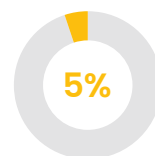
De 3 a 4 pessoas



De 5 a 6 pessoas



Mais de 6 pessoas



# 1.2

## TRABALHO E RENDA

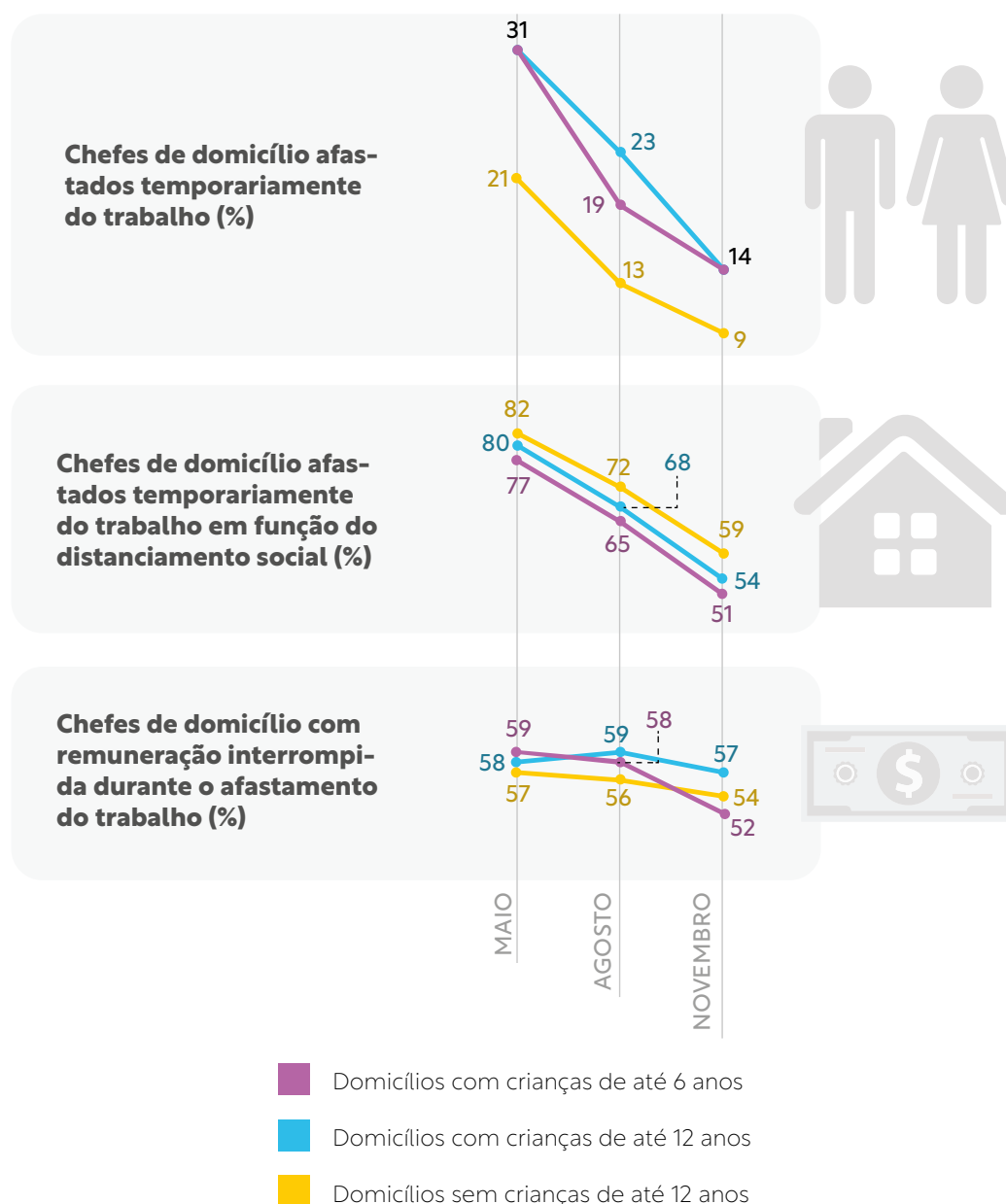
### 1.2.1 TRABALHO

As implicações socioeconômicas da pandemia de Covid-19 sobre as famílias têm sido objeto de ampla discussão. Entre os muitos aspectos relacionados à crise sanitária instalada em todo o mundo está o comprometimento das condições de empregabilidade e de acesso à renda para parte considerável da população. No Brasil, a piora progressiva dos níveis de desigualdade observada nos últimos anos foi acirrada, prejudicando ainda mais as famílias em situação de vulnerabilidade.

A dinâmica dos vínculos de trabalho nesse contexto de crise tem um reflexo direto nas condições de vida e de subsistência das famílias e de suas crianças. O fechamento de postos de trabalho e a interrupção da renda dele auferida detêm o potencial de comprometer diversos aspectos do desenvolvimento infantil. Nesse sentido, os dados da PNAD COVID19 demonstram que o afastamento temporário do trabalho do responsável pelo domicílio, em diferentes momentos do primeiro ano da pandemia, foi mais evidente nas famílias com crianças, sejam elas na faixa de zero a 6 anos ou de até 12 anos de idade. Em maio de 2020, por exemplo, cerca de 31% dos responsáveis pelo domicílio com crianças (zero a 12 anos) foram afastados do trabalho, em comparação aos 21% observado nas famílias sem crianças nesta faixa de idade. Em novembro do mesmo ano, essa diferença foi de 5 pontos percentuais (14% e 9%, respectivamente).

O mês de maio registrou o maior número de afastamentos nos três períodos analisados (maio, agosto e novembro), justamente quando as infecções por Covid-19 estavam em franca aceleração no Brasil. As necessárias medidas de distanciamento e o desaquecimento da economia levaram à significativa redução dos vínculos de trabalho. A partir de agosto de 2020, no entanto, há uma tendência de recuperação que se mantém até o mês de novembro, quando se realiza a última medição da PNAD COVID19.

O distanciamento social foi o principal motivo de afastamento do trabalho ao longo de 2020. Na maior parte dos casos, a remuneração não foi mantida, realidade que se abateu uniformemente sobre as famílias com crianças de zero a 12 anos ou não. Naquelas com crianças na primeira infância (zero a 6 anos), por exemplo, 59% dos responsáveis afastados do trabalho no mês de maio tiveram interrupção nos rendimentos, com potencial significativo de comprometimento das condições de segurança alimentar e de acesso a serviços básicos das crianças inseridas nessas famílias<sup>3</sup> Embora esse percentual tenha uma leve queda ao longo da série histórica, ele chega ao mês de novembro com expressivos 52%.



\* Percentual calculado em relação ao número total de chefes de domicílio afastados temporariamente do trabalho.  
 Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD COVID19 (IBGE), 2020

<sup>3</sup> Pesquisa realizada pela Universidade de Brasília - UnB revela que quase seis em cada dez domicílios brasileiros (59,4%) - independente da sua configuração familiar - passaram por uma situação de insegurança alimentar durante a pandemia, ou seja, não tiveram acesso regular, suficiente a alimentação de qualidade sem comprometer outras necessidades essenciais. Fonte: <https://www.unbciencia.unb.br/humanidades/91-ciencia-politica/674-seis-em-cada-dez-lares-brasileiros-apresentam-inseguranca-alimentar>

## 1.2.2 RENDA

Estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) indica que, entre 2019 (pré-pandemia) e 2021, o recuo nos valores auferidos pelas pessoas em maior situação de vulnerabilidade foi superior a 20%. Na considerada “classe média”, a queda foi de aproximadamente 9%<sup>4</sup>. Embora as condições de acesso à renda impactem todo o grupo familiar, seus efeitos sobre as crianças menores são ainda mais danosos. Nessa etapa crucial do desenvolvimento infantil, a pandemia criou novas dificuldades para a garantia de direitos básicos, como alimentação adequada, saúde e educação.

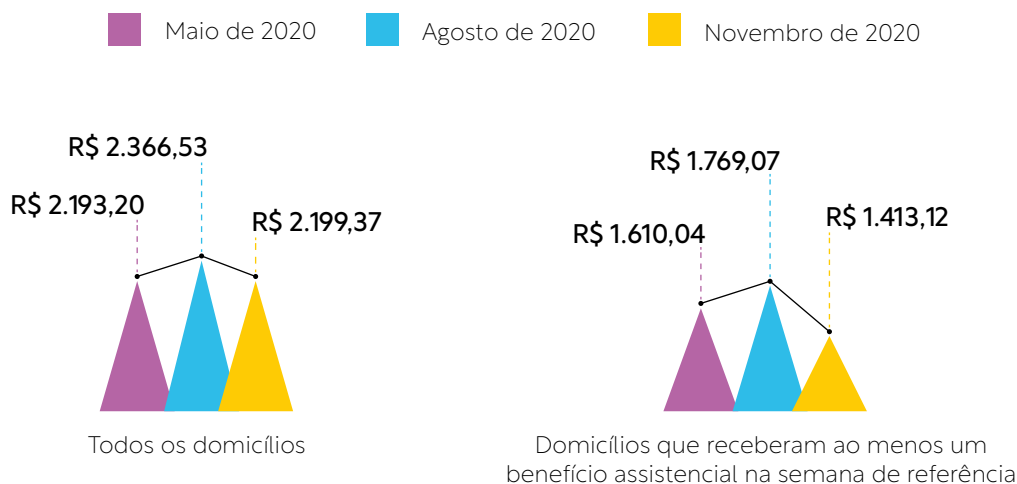
Ainda no início dos reflexos da pandemia no Brasil, em maio de 2020, a renda média dos chefes de famílias com crianças de até 6 anos foi de pouco mais de R\$ 2.000,00. Se consideradas apenas as famílias que receberam benefícios sociais nesse período – portanto, em situação de maior vulnerabilidade –, o valor cai para R\$ 1.610,00. É curioso observar que, nos dois grupos, há um aumento da renda entre maio e agosto (da ordem de 8% e 10%). Esse aumento ocorre, justamente, após o primeiro pagamento do Auxílio Emergencial, benefício temporário de transferência de renda que ajudou a minimizar os efeitos econômicos da crise de Covid-19. Em novembro, a renda média do responsável familiar volta a cair, em parte em função da queda nos valores médios pagos pelo Auxílio Emergencial.

Os dados revelam que a escolaridade do chefe do domicílio em famílias com crianças de até 6 anos é diretamente proporcional ao valor da renda, seguindo a tendência observada em diversos outros estudos. Já a participação dos benefícios sociais pagos durante a pandemia cresce em proporção inversa ao grau de escolaridade do responsável pelo domicílio. Em agosto de 2020, quando os valores pagos pelo Auxílio Emergencial do Governo Federal foram mais expressivos, os benefícios sociais chegaram a representar 38% do valor recebido por aqueles sem instrução ou com ensino fundamental incompleto.

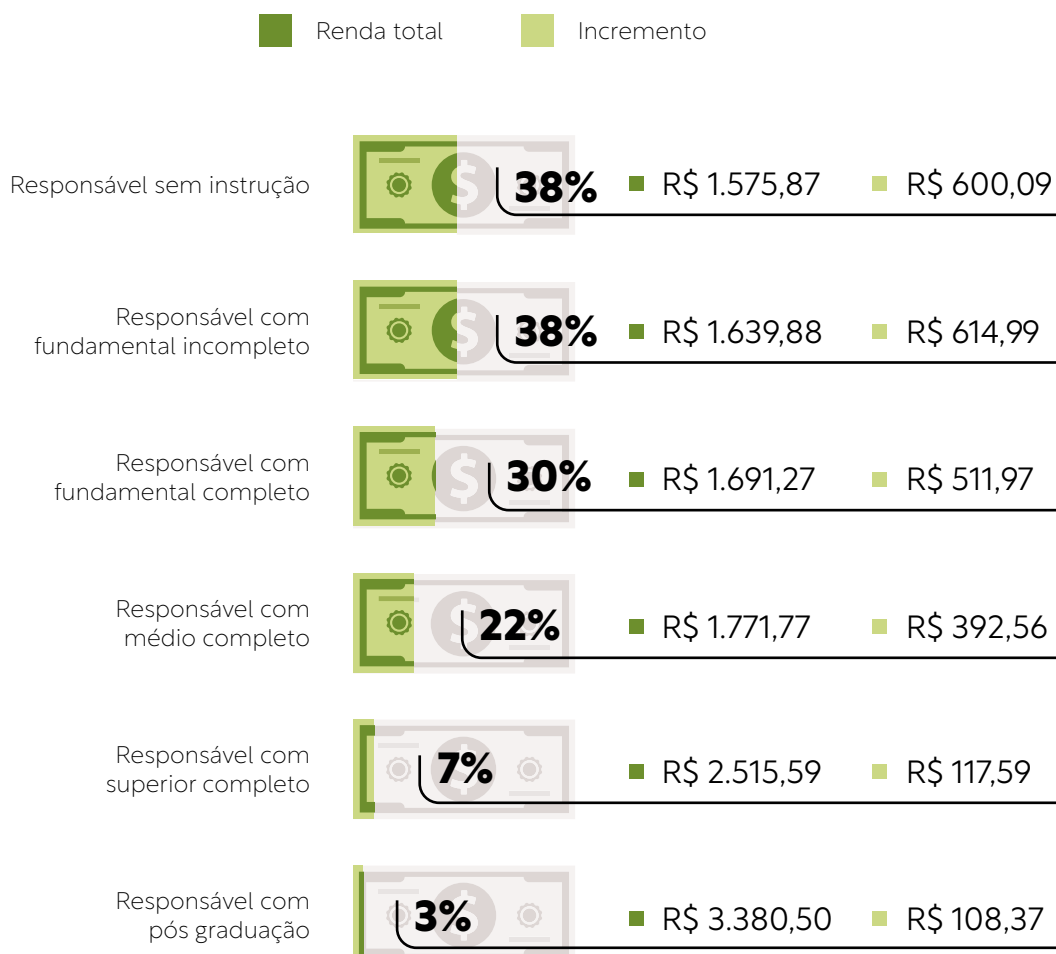
---

4 FGV - Fundação Getulio Vargas. Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia (Marcelo Neri), Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [https://omlpi-strapi.appcivico.com/uploads/CIESPI\\_Crianças\\_adolescentes\\_e\\_os\\_desafios\\_da\\_pandemia\\_de\\_Covid\\_19.pdf](https://omlpi-strapi.appcivico.com/uploads/CIESPI_Crianças_adolescentes_e_os_desafios_da_pandemia_de_Covid_19.pdf). Acesso em 26 jan. 2022.

## Rendimento médio do chefe do domicílio com crianças de até 6 anos, na semana de referência (Valores médios dos rendimentos)



## Incremento da renda média do chefe do domicílio com o pagamento de benefícios sociais por nível de instrução



### 1.2.3 BENEFÍCIOS

Diante da situação de calamidade pública instaurada pela pandemia de Covid-19, em abril de 2020, foi aprovada a lei que instituiu o Auxílio Emergencial (AE), uma medida de transferência direta e temporária de renda voltada à parcela da população economicamente mais vulnerável e aos trabalhadores informais.

Os beneficiários do Bolsa Família (PBF), principal programa de transferência condicionada de renda do país, foram automaticamente inseridos no Auxílio Emergencial sempre que os valores pagos por este se mostraram mais vantajosos. Já o Benefício de Prestação Continuada (BPC) teve seus critérios de inclusão flexibilizados durante a pandemia, ampliando para até meio salário mínimo o valor da renda familiar per capita para ingresso no programa, a depender de uma série de outros condicionantes.

#### SAIBA MAIS

O Auxílio Emergencial foi pago a beneficiários do Bolsa Família (PBF), indivíduos maiores de 18 anos sem vínculo de emprego formal ativo, trabalhadores informais e microempreendedores individuais que se mantivessem no limite de renda de até 1/2 salário mínimo per capita ou rendimento familiar total de até três salários-mínimos.

A iniciativa foi implementada em três ciclos. O primeiro cobriu de abril a agosto de 2020, com valor médio do benefício de R\$ 600,00. O segundo operou entre setembro e dezembro de 2020, com redução de 50% no valor de referência do benefício. Já o terceiro ciclo só foi iniciado em abril de 2021, com nova redução de valor e das parcelas pagas (16 no total), que chegou a R\$ 250,00.

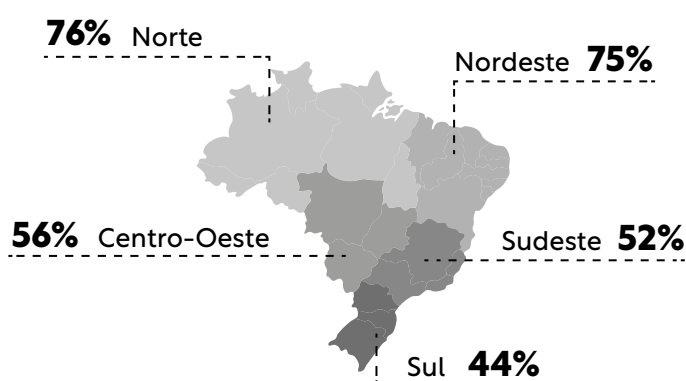
A proporção de famílias com crianças a receber ao menos um dos benefícios (AE, PBF ou BPC) foi maior do que a de famílias sem crianças, ao longo do período analisado. Em agosto de 2020, os benefícios alcançaram 60% dos domicílios com crianças de até 6 anos, em contraste a 40% dos domicílios sem



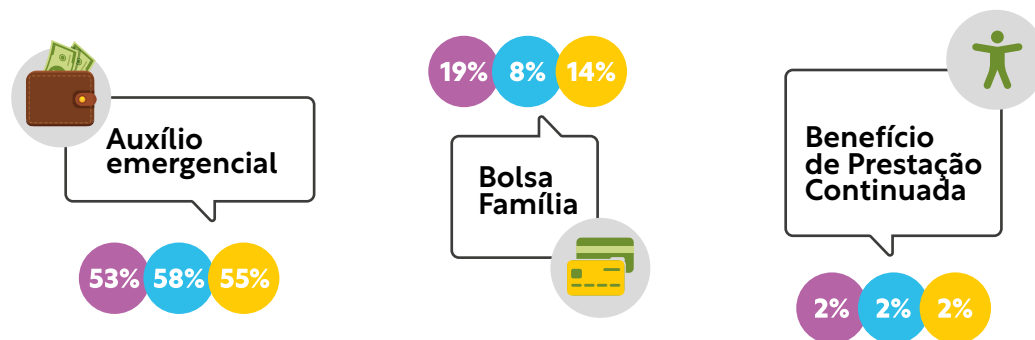
crianças até 12 anos. Nas regiões Norte e Nordeste, a proporção de famílias com crianças de até 6 anos contempladas sobe para expressivos 75%, se distanciando do Sudeste e Sul, por exemplo, cujos índices são de 44% e 52%, respectivamente.

A participação dos aportes diretamente relacionados ao Coronavírus, seja o Auxílio Emergencial do governo federal ou iniciativas estaduais, é significativa nesse montante, já que mais de 50% das famílias com crianças de até 6 anos receberam algum tipo de transferência de renda em caráter emergencial. Vale registrar que a participação pouco expressiva do PBF na última tabela do bloco a seguir (8% no mês de agosto) se deve à migração dos seus beneficiários para o Auxílio Emergencial.

### Domicílios com crianças de até 6 anos que receberam ao menos um tipo de benefício assistencial, por região



### Domicílios com crianças de até 6 anos, por tipo de benefício recebido



### Domicílios que receberam ao menos um tipo de benefício assistencial

	Maio de 2020	Agosto de 2020	Novembro de 2020
Domicílios com crianças de até 6 anos	56%	60%	58%
Domicílios com crianças de 6 até 12 anos	54%	59%	56%
Domicílios sem crianças menores de 12 anos	35%	40%	38%

■ Maio de 2020    
 ■ Agosto de 2020    
 ■ Novembro de 2020

Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD COVID19 (IBGE), 2020



# SEÇÃO II

Condição de acesso à educação infantil

A pandemia de Coronavírus se refletiu diretamente na vida das crianças e de suas famílias. A Unesco<sup>5</sup> destaca, por exemplo, que o fechamento das escolas impacta principalmente as crianças em situação de vulnerabilidade, com as consequências daí decorrentes indo além da aprendizagem interrompida – com reflexos sobre o aumento da insegurança alimentar e da violência intrafamiliar.

A pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de COVID-19 no Brasil surge, nesse contexto, com o objetivo de identificar as ações adotadas pelas escolas brasileiras diante da necessidade de interrupção das atividades presenciais como medidas de enfrentamento à disseminação do novo Coronavírus. Os dados descritos a seguir se referem a turmas de educação infantil em escolas que também ofertam outras modalidades de ensino fundamental ou médio. Não fizeram parte da pesquisa centros exclusivos de educação infantil, sejam creches ou pré-escolas.

Entre as escolas analisadas que contam com educação infantil, a média de duração das atividades não presenciais em 2020 foi de 239 dias<sup>6</sup>. Por sua vez, se identifica um abismo ao comparar o índice de retorno às atividades presenciais nas unidades de ensino públicas e privadas: em 2020, apenas 2% das escolas públicas com educação infantil haviam adotado essa medida – taxa que foi de 28% entre as escolas privadas.

Há também diferenças entre as medidas sanitárias adotadas pelas escolas para o retorno às atividades presenciais. Por exemplo, recursos como a adequação ou ampliação da infraestrutura física dos estabelecimentos – como a instalação de pias para a lavagem das mãos, a constru-

ção de novas salas para reduzir o número de crianças por turma ou reformas visando o aumento da ventilação natural – foram implementados por 40% das escolas públicas, contra 58% das escolas privadas.

Já entre as estratégias e ferramentas adotadas no desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem envolvendo alunas e alunos, o principal recurso utilizado foi a disponibilização de materiais impressos – seja para retirada na escola ou entrega em domicílio. Isto ocorreu em 93% das escolas públicas analisadas que contavam com turmas de educação infantil – número similar ao das privadas (90%).

Embora o uso de material impresso tenha sido o recurso didático mais utilizado nas escolas que ofertam educação infantil, há que se considerar também a relevância das atividades síncronas e assíncronas medidas pela internet. A disponibilização de materiais de ensino-aprendizagem na internet, por exemplo, foi adotada por 78% das escolas avaliadas no estudo. Somam-se a essa estratégia, com percentuais menos expressivos, a realização e transmissão de aulas ao vivo ou gravadas. Em todos os casos, as escolas privadas são as que mais recorrem a atividades que demandam o uso da internet.

Os números reforçam as reflexões suscitadas pela pandemia referentes ao acirramento das desigualdades educacionais decorrentes das barreiras de acesso a tecnologias digitais. Dados do Comitê Gestor da Internet (CGI.br, 2019) indicam que 21% da população brasileira não tem acesso à internet, nas classes C, D e E a exclusão digital chega a 43%. E ainda que tenha havido uma intensificação no uso das TICs durante a pandemia, inclusive na área de educação, esse incremento foi acompanhado pela “persistência de desigualdades no acesso e na apropriação dessas tecnologias”<sup>7</sup>.

---

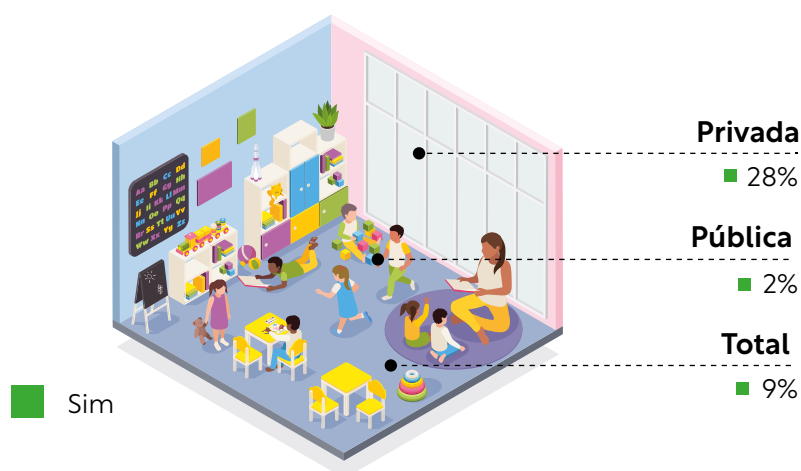
5 Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse/consequences>. Acesso em 26 jan. 2022.

6 De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) as escolas devem cumprir pelo menos 200 dias letivos. Durante a pandemia as escolas foram desobrigadas a cumprir esse mínimo, conforme determina a Lei Nº 14.040, de 18 de agosto de 2020.

---

7 Cetic.br. Painel TIC Covid-19, 2021. Disponível em [https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/20210426095323/painel\\_tic\\_covid19\\_livro\\_eletronico.pdf](https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/20210426095323/painel_tic_covid19_livro_eletronico.pdf) Acessado em 04 de março de 2022.

## A escola retornou às atividades presenciais do ano letivo em 2020



## Medidas sanitárias adotadas pela escola para o retorno das atividades presenciais em 2020

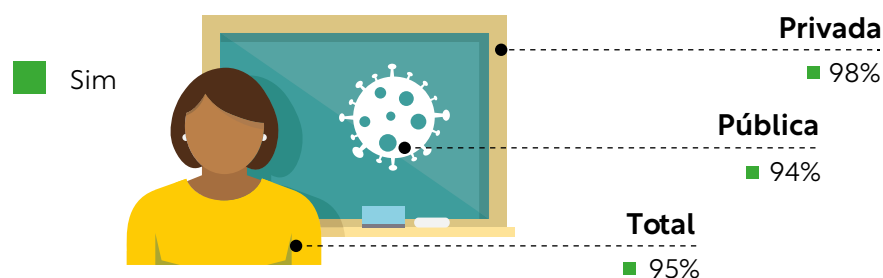
	Total	Pública	Privada
Adequação/ampliação da infraestrutura física das escolas (instalação de pias para a lavagem das mãos, construção de salas para reduzir o número de alunos por turma, aumento da ventilação natural)	55%	40%	58%
Capacitação dos profissionais para o cumprimento das medidas sanitárias, para a identificação dos sintomas da Covid-19 e para o monitoramento dos motivos de ausência dos alunos	88%	76%	90%
Comunicação e divulgação de informações e orientação para funcionários, pais/responsáveis e estudantes sobre a doença, a identificação de sintomas e as medidas de higiene/sanitárias para a redução do risco de contaminação	97%	93%	97%
Aumento na frequência da limpeza rotineira dos ambientes e das superfícies (maçanetas, portas, cadeiras, mesas, corrimãos e brinquedos)	98%	93%	99%
Monitoramento da temperatura dos alunos e dos profissionais da educação ao chegarem no ambiente escolar	95%	82%	98%
Uso constante de equipamentos de proteção individual (máscara, proteção facial, etc) pelos profissionais escolares e alunos	98%	96%	99%
Redução do número de pessoas no ambiente da escola (rodízio de alunos, adoção de horários diferenciados/reduzidos)	88%	83%	90%
Restrição de circulação e de aglomeração nas áreas comuns da escola	96%	93%	97%
Nenhuma das estratégias listadas	0,4%	1,5%	0,1%

\*Questão de múltipla escolha

\*Considera apenas escolas que ofertam educação infantil.

\*Considera-se apenas escolas que ofertam educação infantil e que declararam o período de suspensão das atividades presenciais.  
Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de COVID-19/INEP

## O tema da Covid-19 foi trabalhado em conjunto com as ações de promoção da saúde e integrado às disciplinas escolares como forma de agregar ao aprendizado em 2020



## Estratégias e ferramentas adotadas no desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem com os alunos em 2020

■ Total
 ■ Pública
 ■ Privada

	Total	Pública	Privada
Treinamento junto aos pais e alunos para uso de métodos/materiais dos programas de ensino não presencial	27%	18%	54%
Disponibilização de materiais de ensino-aprendizagem impressos (livros didáticos impressos, apostilas, atividades em folha etc.) para retirada na escola pelos alunos ou responsáveis e/ou entrega em domicílio	93%	94%	90%
Disponibilização de materiais de ensino-aprendizagem na internet (vídeos, podcasts, publicações em redes sociais, plataformas virtuais, aplicativos para celular)	78%	73%	90%
Realização de aulas ao vivo (síncronas) mediadas pela internet e com possibilidade de interação direta entre os alunos e o professor	36%	25%	67%
Transmissão de aulas ao vivo (síncronas) por TV ou rádio	3%	4%	1%
Transmissão de aulas ao vivo (síncronas) pela internet	27%	17%	56%
Transmissão de aulas previamente gravadas (assíncronas) por TV ou rádio	8%	9%	6%
Disponibilização de aulas previamente gravadas (assíncronas) pela internet	54%	48%	74%
Realização de avaliações e testes, remotamente, pela internet ou com envio/devolução de material físico	59%	55%	68%
Suporte aos alunos, seus pais ou responsáveis para a elaboração e o desenvolvimento de planos de estudos/estudos dirigidos	55%	49%	69%
Atendimento virtual ou presencial escalonado com os alunos, seus pais ou responsáveis	59%	54%	74%
Nenhuma das opções apresentadas	0,4%	0,4%	0,4%

\*Questão de múltipla escolha

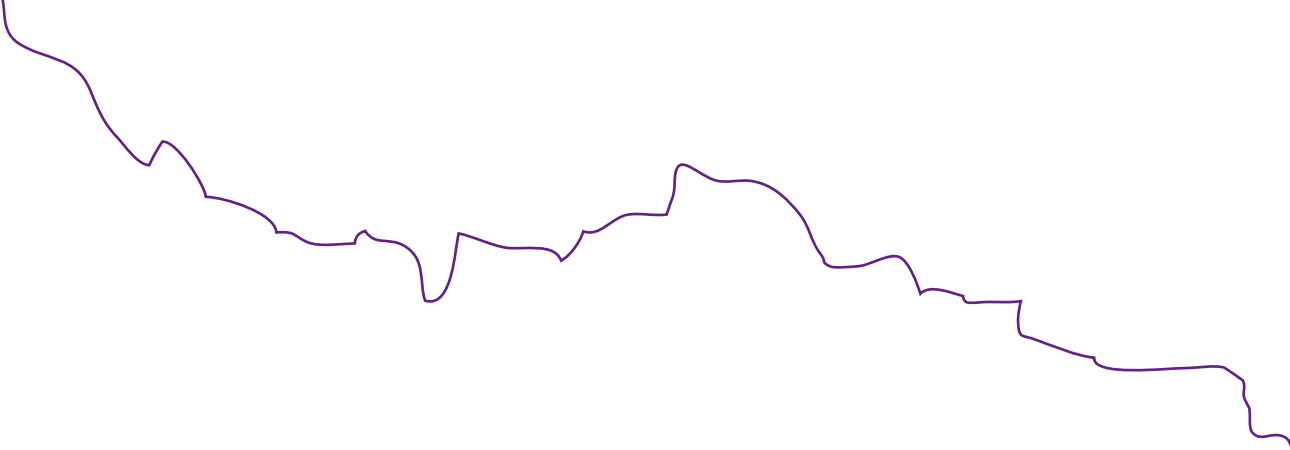
\*Considera apenas escolas que ofertam educação infantil.

\*Considera-se apenas escolas que ofertam educação infantil e que declararam o período de suspensão das atividades presenciais.

Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de COVID-19/INEP



# **CONSIDERAÇÕES FINAIS**



Crises como a que se viu durante a pandemia de Coronavírus impõem grandes desafios ao Estado e à sociedade, já que elas atingem inúmeros e distintos aspectos da dinâmica social, indo muito além das questões sanitárias e epidemiológicas. De forma similar, grupos de diferentes origens, idades e condições socioeconômicas são impactados de forma diversa e, portanto, demandam ações que considerem as suas especificidades. Esse é o caso das crianças, um dos segmentos mais vulneráveis diante da pandemia.

Esse documento se soma a outros estudos sobre os impactos da pandemia, mas com o recorte que permite um olhar diferenciado sobre as famílias em que vivem crianças e adolescentes – particularmente sobre aquelas com crianças na primeira infância. Os achados revelam que, da perspectiva socioeconômica, as famílias com crianças foram as mais atingidas pelo fechamento dos postos de trabalho, que resultou no afastamento de quase 1/3 dos chefes de domicílios com crianças entre 0 a 6 anos, isso se considerado o mês de maio de 2020, o mais crítico da primeira onda da doença. Na maioria dos casos, o afastamento foi acompanhado pela interrupção dos rendimentos.

Conforme foi exposto ao longo deste documento, embora as condições de acesso à renda impactem todo o grupo familiar, seus efeitos sobre as crianças menores são ainda mais danosos, impondo restrições à garantia de direitos básicos em uma etapa fundamental para o desenvolvimento infantil.

O remédio para amenizar os reflexos da pandemia sobre a renda das famílias veio em forma de auxílios assistenciais, particularmente os de caráter emergencial. Embora eles tenham sido recebidos por mais da metade das famílias com crianças na primeira infância e tenham atenuado o choque de renda sobre elas, estudos indicam que o fim desses auxílios deve elevar os índices de pobreza a patamares superiores aos observados em 2019<sup>8</sup>.

---

8 IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021. Rio de Janeiro, 2021. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/12/reducao-do-auxilio-emergencial-ja-devolveu-7-milhoes-a-pobreza.shtml> Acessado em 08/03/2021

A vulnerabilização das famílias com crianças na primeira infância foi acompanhada pelo aumento das desigualdades educacionais, que no presente estudo se revelou por meio das condições discrepantes de ensino e aprendizagem entre escolas públicas e privadas. As escolas privadas não apenas foram as primeiras a retomar atividades presenciais, como também as que mais utilizaram recursos pedagógicos digitais.

Em contrapartida, as crianças de escolas públicas, aquelas em que as famílias tendem a possuir menor poder aquisitivo, foram impostas a maiores dificuldades de acesso e de conexão à internet, o que ajuda a explicar a utilização em menor escala de atividades mediadas por tecnologias digitais, especialmente de aulas ao vivo transmitidas pela internet.

Embora as crianças pequenas não tenham sido o segmento mais impactado pela pandemia no seu aspecto epidemiológico, elas são provavelmente as que mais sofrerão seus efeitos negativos de médio e longo prazo<sup>9</sup>. A perda de renda das famílias, o afastamento das atividades escolares e de outros espaços importantes de socialização e o cerceamento do convívio comunitário estão entre os fatores que impactarão diretamente no seu desenvolvimento ao longo da primeira infância.

Além disso, a pandemia ampliou a distância entre as crianças em famílias com maior e menor poder aquisitivo, aumentando ainda mais a situação de vulnerabilidade das crianças pobres. A reversão deste quadro exigirá uma ação articulada de políticas públicas em diferentes áreas. Apenas desta forma será possível minimizar os déficits deixados pela pandemia e atuar sobre essas desigualdades. Nesse sentido, os investimentos em saúde, educação, assistência social, a ampliação dos programas de transferência de renda e o fortalecimento de todo o sistema de garantia de direitos nunca foram tão necessários.

---

<sup>9</sup> CENTRO DE GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS, Efeitos da Pandemia na Primeira Infância. Policy Paper N° 56 Abril, 2021.



